

ção dos ideais democráticos nos estudantes (...) promove uma ideologia dos direitos humanos e individuais. *Essa ideologia de massa pode ser e é dirigida contra os grandes negócios do governo; pode e é dirigida contra um Estado que é abertamente repressivo e que tenta guerras externas em nome da proteção das opções imperiais do país; pode e é dirigida contra as hierarquias opressivas das empresas* (p. 82; grifos meus — evidentemente, boa parte dessa argumentação, em especial quando Carnoy fala das “opções imperiais do país”, refere-se aos países capitalistas desenvolvidos).

Mas em adição a essas duas contradições principais, há uma terceira, qual seja, “a necessidade de se legitimar a escola como reprodutora de força de trabalho (esse é o ponto levantado por Bourdieu e Passeron — em *A reprodução*)” (p. 82; grifos meus). E Carnoy acrescenta algo da mais extrema importância, um poderoso antidoto contra as interpretações marxistas apressadas, ao afirmar: “Essa exigência de legitimidade dá a escola uma autonomia formal com respeito à base e aos aparelhos hegemônicos particulares, e a autonomia (em teoria) *permite que professores, administradores e estudantes sigam estratégias educacionais independentes que não são compatíveis com as funções mediadoras requeridas para aliviar as contradições de base. Além disso, o próprio fato de se manter junto um grande número de jovens em uma mesma instituição promove o desenvolvimento de uma cultura jovem que pode ser incompatível com a reprodução social*” (p. 82; grifos nossos).

Carnoy comenta que a importância dessas contradições como interferências no processo reprodutivo ainda não está de todo clara. Sabe-se apenas que os trabalhadores com maior escolarização do que aquela requerida para o desempenho de seu trabalho, têm menor probabilidade de estar satisfeitos em seus empregos, tendendo a ser menos produtivos. Além disso, podem criar ameaças à produtividade de diversas formas, tais como: absenteísmo, rotatividade, greves não autorizadas pelos sindicatos, alcoolismo, uso de drogas e deterioração da qualidade do produto, etc. (p. 83).

Creio que já posso parar por aqui. Queria apenas lembrar que várias das considerações realizadas por Martin Carnoy — apesar de divergirem em uma série de aspectos — fizeram-me lembrar do livro de Cláudio Salm, *Escola e trabalho* (São Paulo, Brasiliense, 1980), principalmente aquelas em que Salm procura relativizar o papel da escola na reprodução das relações de produção capitalistas de uma dada sociedade. Para terminar, acrescentaria que a escola pouco ou quase nada nos ensina sobre a vida, sobre a realidade, sobre o “mundo do trabalho”, pois a defasagem entre o que se ensina e o que se vive é abissal. Não é por outra razão que o escritor Heinrich Boll (1917-85), nascido e morto em Colônia (Alemanha Federal), Prêmio Nobel de Literatura em 1972, afirmou: “Talvez não seja na escola, mas no nosso caminho para a escola, que aprendemos as lições da vida” (*O que vai ser desse rapaz?* Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985. p. 17).

Afrânio Mendes Catani

Bresser Pereira, Luiz Carlos. *Pactos políticos do populismo à redemocratização*. São Paulo, Brasiliense, 1985. 222 p.

O livro *Pactos políticos do populismo à redemocratização*, do Prof. Luiz Carlos Bresser Pereira, é um trabalho muito oportuno que versa sobre questões políticas brasileiras, desde 1930 a 1985. O eixo central das análises do autor gira em torno dos pactos políticos, que, há muito, fazem parte da vida de nosso País. Para tecer considerações sobre o tema, o ensaísta define, claramente, o que entende por pacto político e pacto social. Aliás, definir o que está sendo analisado é fundamental na ciência política, pois há muita confusão neste campo, no que tange, principalmente, aos conceitos emitidos, levando o leitor, muitas vezes, a uma visão equivocada a respeito do próprio estudo. Já neste ensaio tal problema não existe, pois o autor toma o devido cuidado de explicar, com muita clareza, o sentido dos conceitos por ele utilizados.

Para Bresser Pereira, pactos políticos são alianças de classes ou de frações de classes que se formam para o exercício efetivo do poder político. Assim, tais pactos organizam as classes e as frações de classes em torno de partidos ou alianças de partidos, em função do exercício do poder. Quanto aos pactos sociais são entendidos como um tipo de acordo entre os trabalhadores e a burguesia, visando à manutenção da ordem social e econômica. Embora estes arranjos estejam interligados, o autor aborda mais os pactos políticos do que os pactos sociais.

Evidentemente que, para analisar os pactos políticos, faz-se necessário situar as diversas classes sociais que integram a sociedade. Porém, a nosso ver, os conceitos clássicos da ciência política, no que concerne à estratificação social, não estão mais adequados a explicar, de forma convincente, as distintas classes sociais que fazem parte das atuais sociedades industriais urbanas. Hoje, vivemos em sistemas muito mais complexos do que os das sociedades do século XIX. Há a presença de uma

série de dados novos, que exigem a atualização dos estudos para compreender-se o papel de novos agentes sociais, como, por exemplo, a importância das classes médias na estrutura de poder, ou o papel relevante do "novo operário", vestido com avental branco, acionando uma linha de montagem movida, basicamente, pela informática.

Embora o autor, neste trabalho, não procure determinar, pelo menos de forma preponderante, a posição de novos agentes sociais na atual etapa histórica, atribui destaque especial ao papel da tecnoburocracia nos quadros de comando e de poder no País, fugindo, assim, a velhos esquemas teóricos, já ultrapassados pela história. Percebe-se, também, que Bresser Pereira não vê as classes sociais como blocos monolíticos. Salienta, isso sim, que os interesses em alguns momentos convergem e em outros divergem dentro de uma mesma classe social. Tal fato está diretamente ligado à fundamentação da idéia do ensaísta a respeito de pactos políticos.

*Pactos políticos do populismo à redemocratização* está dividido em duas partes. A primeira, de caráter introdutório, apresenta seis interpretações intelectuais, em termos de linhas de análises, que procuram explicar as transformações políticas ocorridas no Brasil, no século XX. Há, também, uma análise sobre crises na América Latina, em que o autor procura identificar, nos anos 1930 a 1980, dois grandes períodos de expansão econômica e duas formas de dominação política, seguidos de dois momentos de crise.

Porém, é, em nosso entender, a segunda parte do livro que traz análises oportunas para o debate político atual, na medida em que são interpretados os dois grandes pactos políticos que conhecemos no Brasil: o "pacto populista", encerrado nos fins dos anos 50 e o que o autor chama por "pacto autoritário capitalista-tecnoburocrático", vigente nos anos 60 e 70. Bresser Pereira analisa, minuciosamente, os momentos de consolidação e de crises de tais pactos, destacando os vários agentes sociais que fizeram parte destas alianças políticas.

O ensaísta finaliza seu estudo com uma análise do quadro político brasileiro, no ano de 1985. Para o au-

tor, há dois pactos possíveis em conflito dentro da Aliança Democrática: um "pacto liberal burguês" e um "pacto democrático popular". A tese, defendida no livro, é a de que, caso nenhum desses dois pactos prevaleçam, ocorrerá o imobilismo do governo, acarretando, provavelmente, estagnação econômica e instabilidade social crônica.

É fato notório que o governo, neste ano de 1985, é formado por uma união nacional, que visa à redemocratização do Brasil. É sabido, também, que há profundas divergências no próprio bloco de poder, como bem demonstra este estudo. Portanto, é perfeitamente defensável a idéia do autor, quando afirma ser inevitável a consolidação de um novo pacto político como guia na forma de governar o País. Entretanto, o ensaísta assinala apenas dois pactos possíveis e descarta a possibilidade do ressurgimento de um pacto populista. Assim, vale aqui uma pequena observação. O populismo é, a nosso ver, uma forma de dominação política muito enraizada nos países latino-americanos e é muito provável que seja novamente utilizado, no Brasil, como forma de sustentação de grupos no poder.

*Pactos políticos do populismo à redemocratização* é um trabalho que desperta reflexão profunda para o debate político atual. E, para a sorte do leitor, está escrito de maneira muito clara. Ou seja, sem aquele estilo hermético, marca registrada dos pseudo-escritores, que ainda não sabem distinguir o profundo do confuso.

Sérgio Amad Costa

*Professor no Departamento de Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração da EAESP/FGV; mestre em ciência política pela Universidade de São Paulo; autor dos livros O CGT e as lutas sindicais brasileiras (1960-64). Editora Grêmio Politécnico da USP, 1981; e Idéias em debate, São Paulo, Gráfica da FEI, 1982.*

Carvalho, Célia Pezzolo de. *Ensino noturno: realidade e ilusão*. São Paulo, Cortez Autores Associados, 1984. 112 p.

O livro é resultado de uma dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de São Carlos. Através dele, a autora pretende contribuir para a solução dos problemas do ensino noturno, procurando beneficiar todas as pessoas envolvidas nesse tipo de ensino. Pretendo, aqui, tecer algumas considerações sobre o texto, reordenando algumas idéias da autora, de acordo com as questões despertadas durante a leitura.

A metodologia escolhida foi a do estudo de caso. Através da análise de uma escola do interior de São Paulo, a autora monta suas conclusões e suas generalizações. A análise baseia-se nas representações dos sujeitos do ensino noturno — alunos, professores e funcionários — fornecidas através de entrevistas, questionários e redações. A própria pesquisadora adverte quanto aos riscos dessa metodologia: o texto, ao fundamentar-se no senso comum, pode tornar-se repetitivo (isso de fato acontece, mas não compromete a análise).

A autora parte de uma preocupação com a realidade concreta do ensino noturno no Brasil à época da pesquisa (final da década de 70). Mas a situação descrita não parece ter-se alterado substancialmente; ao contrário, alguns problemas agravaram-se. Constata-se de início a evidência de que as escolas públicas estão programadas para funcionar no período diurno: o curso noturno é quase uma excrescência. Isso se confronta com outra evidência, a de que grande parte da população estudantil freqüenta os cursos noturnos, tentando "combinar" trabalho e estudo. Essa situação leva às grandes insatisfações nos cursos noturnos, relacionadas com o aproveitamento dos estudos, disciplina e condições gerais do ensino. Situadas essas insatisfações, esses problemas, Célia P. de Carvalho alerta para um ponto importante: as soluções não podem vir através de novas técnicas didáticas ou de providências administrativas. As propostas atuais, como a de transformação dos cursos noturnos em supletivos, ou a do Projeto No-